

...
§3º. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta”.

Ora, se o proponente vencedor sabia que tinha uma certidão que não lhe exigia a licença ambiental, a declaração apresentada em diligência deveria ter sido oferecida desde o início a fim de que não houvessem dúvidas, sendo, portanto, um documento não autorizado na fase de diligências. É o mesmo que autorizar o licitante a trazer para o processo uma certidão de regularidade fiscal não trazida no momento próprio, mesmo se sabendo por consulta em site oficial do órgão emissor que o licitante teria a sua situação fiscal regular. O direito do licitante decaiu a partir do momento em que não trouxe o documento no momento próprio.

Neste sentido:

“(...) avaliem a conveniência e oportunidade de, na extensão e profundidade necessárias, fazer uso de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta, a exemplo do que ocorre com os processos licitatórios regidos pela Lei. N. 8666/1993, conforme previsão contida no art. 43, §3º, desse diploma legal, com a finalidade de confirmar as informações refletidas nos documentos comprobatórios apresentados pelos licitantes, minimizando, assim, a possibilidade de incorreções, omissões ou ambiguidades”. (TCU. Processo nº TC-007.634/2005-4. Acórdão nº 1878/2005, Plenário).

“O TCU determinou o cumprimento do art. 43, §3º, tanto no que se refere à vedação da inclusão de documentos ou informações que deveriam constar da proposta inicial, quanto na utilização das diligências destinadas ao esclarecimento ou complementação do processo, evitando-se assim equívocos no certame”. (TCU. Processo nº TC-001.464/1996-6. Decisão nº 15/1998, Plenário).

Assim, verificamos que a diligência perpetrada pela CESAMA ultrapassou os limites autorizados pela Lei nº 8.666/93, haja vista que permitiu juntada ao processo de documento que inicialmente deveria ter sido juntado pelo proponente vencedor quando da apresentação de seus documentos de habilitação, principalmente sabendo ele que o edital pediu a comprovação da licença ambiental e se tinha documento que o isentava de tal responsabilidade, deveria ter exaurido documentalmente a prova neste sentido. Assim, ficou prejudica a diligência efetuada, considerando que foi juntado documento ao

